

VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA NAS CIDADES BRASILEIRAS: OS ROTEIROS DE ESPACIALIZAÇÃO PRODUZIDOS PELA MÍDIA¹

Maria Angélica de Oliveira Magrini
Universidade Federal de Uberlândia | Brasil
angelicaomagrini@gmail.com

RESUMO

A discussão acerca das características da violência nos municípios brasileiros é importante visto que existem situações muito heterogêneas entre eles. Enquanto que em 35,6% (1.085) dos municípios brasileiros não houve nenhum registro de homicídio no período de 2009 a 2011, em outros chegamos a taxas de mais de 100 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, a cobertura midiática não dá conta dessa complexidade, produzindo discursos estandardizados acerca da violência urbana, focalizando ocorrências que acontecem no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, deixando de lado a abordagem de atos ocorridos em outras realidades espaciais, como o Nordeste e o Norte do país, que vêm apresentando os maiores índices de homicídios no Brasil na atualidade. Percebemos assim, que os discursos midiáticos não ficam restritos apenas a informar sobre a realidade, visto que eles são capazes de produzir entendimentos direcionados acerca dessa realidade, evidenciando certos aspectos e escondendo outros. No caso brasileiro, temos a disseminação da percepção de que a violência é um problema de todas as cidades, fazendo com que haja práticas de busca por segurança mesmo nas cidades em que as ocorrências não são significativas, diante da amplificação dos discursos midiáticos que indicam “escalada”, “explosões” e “ondas” de violência – difusa e desespacializada. A metodologia que baseou a análise presente neste artigo foi a análise de conteúdo de 110 reportagens do programa televisivo Brasil Urgente, além do trabalho com dados estatísticos e do resgate de trechos de entrevistas com cidadãos de duas cidades de porte médio – Araçatuba e Birigui – localizadas no interior do estado de São Paulo.

Palavras-chave: Violência Urbana; Insegurança Urbana; Discurso Midiático; Cidades Brasileiras.

VIOLENCE AND INSECURITY IN BRAZILIAN CITIES: THE SPATIALIZATION SCRIPTS PRODUCED BY THE MEDIA

ABSTRACT

The discussion about the characteristics of violence in Brazilian municipalities is important since there are very heterogeneous situations between them. While in 35.6% (1,085) of Brazilian municipalities there was no record of homicide from 2009 to 2011, in others we reached rates of over 100 homicides per 100,000 inhabitants. However, media coverage does not account for this complexity, producing standardized discourses about urban violence, focusing on occurrences that take place in Rio de Janeiro and São Paulo, for example, leaving aside the approach of acts occurring in other spatial realities, such as the Northeast and the North of the country, which are currently presenting the highest homicide rates in Brazil. Thus, we realize that media discourses are not restricted to informing about reality, since they are capable of producing directed understandings about this reality, highlighting certain aspects and hiding others. In the Brazilian case, we have the dissemination of the perception that violence is a problem in all cities, leading to security search practices even in cities where the occurrences are not significant, given the amplification of media discourses that indicate escalation, explosions and waves of violence - diffuse and non-spatial. The methodology based on the analysis presented in this article was the content analysis of 110 reports of the Brasil Urgente television program, as well as the work with statistical data and the rescue of excerpts from interviews with residents of two medium-sized cities - Araçatuba and Birigui - located in the interior of the state of São Paulo.

Keywords: Urban Violence; Urban Insecurity; Media Discourse; Brazilian Cities.

¹ As reflexões apresentadas são resultantes das investigações no âmbito dos projetos: “Insegurança Urbana e fragmentação socioespacial: entraves à construção do direito à Cidade”, financiado pelo CNPq - Processo: 427730/2016-3 e do “Projeto Fragmentação Socioespacial e Direito à Cidade em contextos não metropolitanos”, financiado pela FAPEMIG - Processo APQ-01654-15 e da tese de doutorado: MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Vidas em enclaves. Imaginário das Cidades Inseguras e Fragmentação Socioespacial em contextos não metropolitanos. 2013. 488 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, financiada pela FAPESP.

VIOLENCIA E INSEGURIDAD EN CIUDADES BRASILEÑAS: LOS CAMINOS DE ESPACIALIZACIÓN PRODUCIDOS POR LOS MEDIOS

RESUMEN

La discusión sobre las características de la violencia en los municipios brasileños es importante ya que existen situaciones muy heterogéneas entre ellos. Mientras que en el 35,6% (1.085) de los municipios brasileños no hubo registro de homicidios entre 2009 y 2011, en otros alcanzamos tasas de más de 100 homicidios por cada 100.000 habitantes. Sin embargo, la cobertura de los medios no tiene en cuenta esta complejidad, produciendo discursos estandarizados sobre la violencia urbana, centrándose en los acontecimientos que tienen lugar en Río de Janeiro y São Paulo, por ejemplo, dejando de lado el enfoque de los actos que ocurren en otras realidades espaciales, como el noreste y el norte del país, que actualmente presentan las tasas de homicidios más altas de Brasil. Por lo tanto, nos damos cuenta de que los discursos de los medios no se limitan a informar sobre la realidad, ya que son capaces de producir entendimientos dirigidos sobre esta realidad, destacando ciertos aspectos y ocultando otros. En el caso brasileño, tenemos la difusión de la percepción de que la violencia es un problema en todas las ciudades, lo que lleva a prácticas de búsqueda de seguridad incluso en ciudades donde los hechos no son significativos, dada la amplificación de los discursos de los medios que indican "escalada", "explosiones" y "oleadas" de violencia - difusas y no espaciales. La metodología basada en el análisis presentado en este artículo fue el análisis de contenido de 110 informes del programa de televisión Brasil Urgente, así como el trabajo con datos estadísticos y el rescate de extractos de entrevistas con habitantes de dos ciudades medianas, Araçatuba y Birigui, ubicadas en el interior del estado de São Paulo.

Palabras clave: Violencia urbana; Inseguridad urbana; Discurso mediático; Ciudades brasileñas.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a insegurança urbana é um conteúdo que tem sido disseminado no cotidiano de cidades de diferentes tamanhos e papéis, influenciando a vida dos moradores das metrópoles, das cidades médias e até das pequenas. A busca por segurança é empreendida tanto a partir da securitização dos espaços, com a utilização de câmeras de vigilância, cercas elétricas, contratação de empresas de segurança privada, quanto por meio da seleção e do evitamento de determinados espaços e segmentos sociais. O cotidiano urbano pautado na insegurança urbana tem como característica a generalização das suspeitas, fazendo com que as solidariedades sejam solapadas, estilizando a unidade da cidade.

Deste modo, consideramos que a produção das cidades contemporâneas está intimamente associada à produção da representação da insegurança urbana, que é disseminada como elemento intrínseco das cidades, ancorando o entendimento de que não é possível ter cidades sem ter insegurança urbana. Ou seja, a insegurança é tratada como conteúdo característico e decorrente do processo de urbanização, fato que precisa ser analisado a partir de uma perspectiva crítica.

Nossa reflexão busca compreender as relações existentes entre a produção do imaginário das cidades inseguras (MAGRINI, 2013) e a produção/apropriação dos espaços urbanos, sobretudo os não metropolitanos. Nosso argumento se baseia no fato de que um conjunto de agentes, com interesses múltiplos e superpostos, atua na produção e na veiculação de imagens e discursos que alimentam a insegurança urbana, a fim de obter diferentes tipos de vantagens. A ação desses agentes, mesmo que não coordenadas a priori, acabam por unificar a representação das cidades como inseguras, enquanto a realidade empírica revela ser muito mais complexa no que diz respeito ao avanço das ocorrências efetivas de atos tidos como violentos.

O que afirmamos é que agentes como a mídia, empreendedores imobiliários, empresas de equipamentos e serviços de segurança privada e o Estado, por exemplo, dividem a responsabilidade na produção simbólica e material da ubiquidade da insegurança urbana enquanto conteúdo chave da urbanização contemporânea, a fim de conquistarem uma série de vantagens que passam pelo aspecto financeiro chegando às dimensões do poder político e do controle social.

Assim, constatamos que mesmo nas cidades em que os índices de criminalidade não são estatisticamente relevantes, as práticas espaciais de busca por segurança podem ser encontradas, diante da força e generalização dos discursos do medo.

Neste artigo, temos o objetivo de analisar o papel da mídia enquanto agente privilegiado na disseminação das representações de insegurança nos contextos urbanos. Isso porque constatamos que os discursos e imagens veiculadas em seus diferentes canais costumam ser reconhecidos como verdades absolutas, com alto poder de convencimento da “opinião pública”. Além disso, outro elemento importante é a capacidade que a mídia possui de aproximar contextos socioespaciais distantes, o que faz com que o rol de experiências que entram na produção das representações sociais e na definição das práticas cotidianas dos cidadãos seja ampliado.

Este aspecto é particularmente importante para a análise geográfica da insegurança urbana visto que, como ressalta Curbet (2007), a insegurança contemporânea não é ancorada mais apenas em referentes locais. Deste modo, a veiculação de fatos ocorridos na cidade de São Paulo ou no Rio de Janeiro – as duas cidades brasileiras com maior número de população – pode contribuir para a produção da percepção de insegurança urbana nos moradores de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, por exemplo, influenciando práticas espaciais de fechamento e evitamento, mesmo que os índices de ocorrências criminais locais não justifiquem a necessidade dessas práticas.

Consideramos assim, que a mídia, além de ser responsável pela informação, possui o papel de produtora da realidade, ou melhor, de simulacros de realidade, nos termos de Baudrillard (1981). Isso porque os diferentes agentes midiáticos possuem a capacidade de, ao mesmo tempo em que retratam os fatos, produzi-los, através das representações que projeta. Este aspecto é central posto que os direcionamentos que a mídia dá em relação a certos acontecimentos têm rebatimentos diretos nas respostas que os diferentes grupos sociais vão demandar em termos práticos.

Outro aspecto acerca das características da atuação midiática que deve ser considerado é o fato de que a mídia sempre age manipulando os fatos, criando uma determinada versão sobre o que está sendo comunicado. Sobre este ponto, Bourdieu (1997) afirma, baseando-se no exemplo da televisão, que seus programas são capazes de ocultar uma série de fatos ao mostrá-los em sua cobertura, a partir de dois mecanismos complementares. O primeiro consiste em mudar o foco de atenção para outros conteúdos periféricos ao tema abordado e o outro modo é enfrentar diretamente a temática central, mas de uma forma em que os sentidos dados aos fatos não correspondem absolutamente com suas manifestações concretas.

Deste modo, a metodologia que baseia este trabalho foi a análise de conteúdo de 110 reportagens veiculadas no programa televisivo Brasil Urgente, popular e especializado em abordar de maneira espetacularizada ocorrências criminais diferenciadas, sendo fonte de informação para parcela importante da sociedade brasileira. Essa análise foi contextualizada a partir de estatísticas acerca da ocorrência de homicídios nos municípios brasileiros e também em entrevistas realizadas com moradores de duas cidades de porte médio – Araçatuba e Birigui – localizadas no interior do estado de São Paulo.

VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL: UM PANORAMA A PARTIR DAS ESTATÍSTICAS DE HOMICÍDIOS

Um aspecto importante para o desenvolvimento da temática proposta é a diferença existente entre a ocorrência efetiva da violência e a percepção de insegurança apresentada pelas pessoas, que nem sempre é correspondente, como argumentamos nesse artigo. O essencial nessa diferenciação é que ao tratarmos da violência estamos falando de atos violentos, tenham eles caráter concreto, como os homicídios e os roubos – atos violentos tipificados como crimes – ou teor subjetivo, como as violências advindas das relações de poder, como o assédio moral, por exemplo.

Quando consideramos a insegurança urbana, estamos falando de uma *percepção* gerada a partir de diferentes elementos, em que a ocorrência efetiva de crimes é apenas um deles. Dessa forma, aspectos ligados aos espaços degradados, como construções abandonadas, pichações, ou a possíveis indicativos de incivilidade, como aglomerações de jovens nas ruas,

junto com as representações midiáticas acerca da violência, também contribuem para a construção da percepção de insegurança urbana.

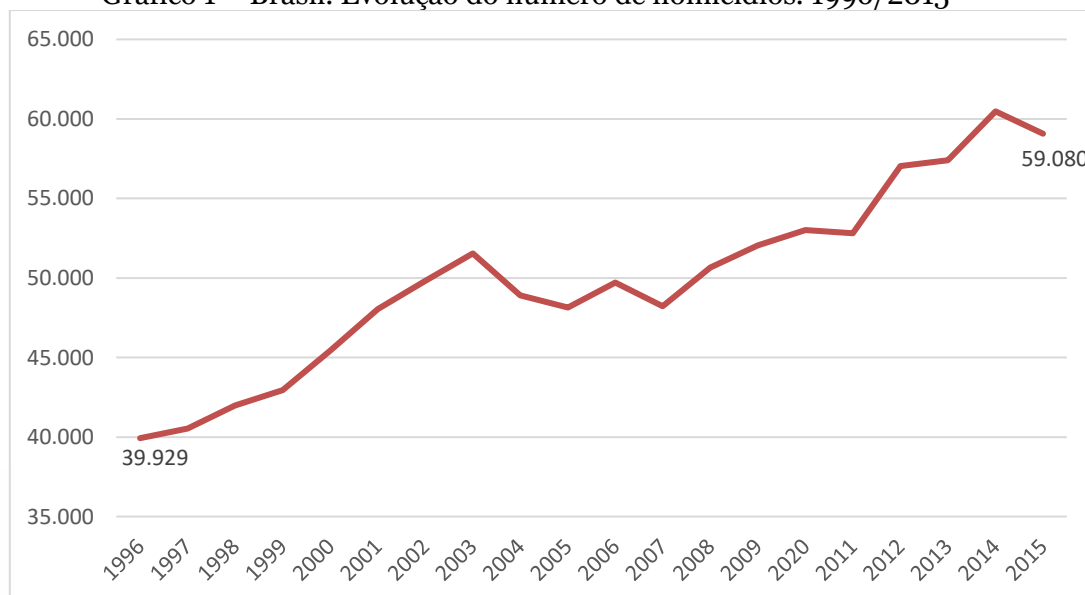
Podemos afirmar, assim, que a palavra violência é polissêmica e vem sendo utilizada, por agentes diferentes, para nomear eventos, circunstâncias e fatores muito distintos. Desta forma, “não podemos tratar a violência como se ela dissesse respeito a somente um tipo de ação, como se todos os atos violentos tivessem o mesmo impacto na vida das pessoas ou como se eles fossem gerados a partir dos mesmos processos” (MAGRINI, 2014).

Diante dessa polissemia associada ao termo violência, consideramos essencial destacar que, apesar de estarmos tratando dos sentidos hegemônicos compartilhados pela sociedade acerca do que é violência, não podemos esquecer que eles são produzidos a partir de mediações, que visam encobrir outros tipos de violência. Sobre esse aspecto, Sodré (2006) considera a existência de duas modalidades de violência: a primeira se refere à violência frequentemente ignorada, aquela do poder instituído, do Estado, dos órgãos burocráticos, que compõe um estado permanente de violência, e a segunda é a violência visível, anômica, entendida como ruptura da ordem social dominante, ligada a concepção de violência como marginalidade e delinquência, amplamente disseminada pelos meios de comunicação.

De acordo com esse autor (2006), a violência perpassa todos os planos da existência da sociedade – econômico, político, psicológico, etc. No entanto, as narrativas da mídia privilegiam a violência visível, passível de ser dramatizada, produzindo as representações acerca do que é a violência, tipificando a sociedade em agressores, geralmente identificados com as pessoas mais pobres, e vítimas em potencial o que leva a uma polarização, cada vez mais extremada, na sociabilidade urbana.

Feitas essas ponderações acerca da complexidade que perpassa o entendimento da noção de violência urbana, que tem componentes históricos, sociais e culturais em sua definição, apresentamos algumas informações acerca do panorama da violência no Brasil. Diante da impossibilidade de tratarmos de todos os tipos de violência, selecionamos as ocorrências dos homicídios para caracterizar o contexto de violência nas cidades brasileiras devido à maior disponibilidade de dados e à maior confiabilidade deles².

Gráfico 1 – Brasil. Evolução do número de homicídios. 1996/2015



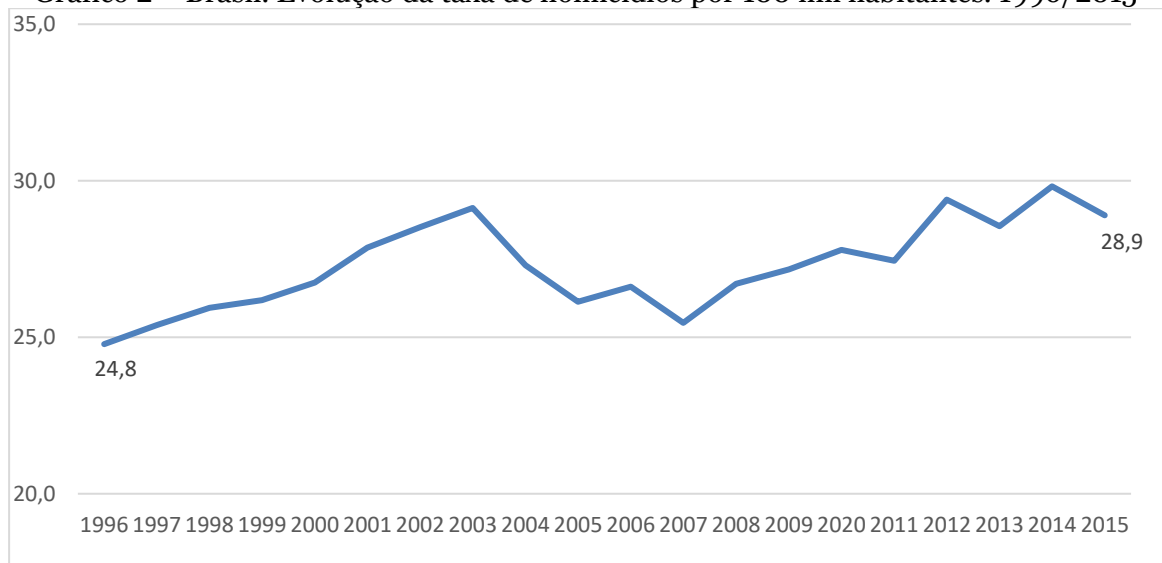
Fonte: Atlas da Violência, 2017 – IPEA

² Reconhecemos que as estatísticas acerca dos homicídios também apresentam distorções decorrentes de erros de registro que podem gerar subnotificações. No entanto, devido à gravidade do crime, a subnotificação costuma ser menor do que a verificada em relação a outros crimes como roubos e furtos, por exemplo.

Segundo os dados³ disponibilizados pelo IPEA (Atlas da Violência⁴), no ano de 2015 foram notificados no Brasil um total de 59.080 homicídios (Gráfico 1), representando uma taxa de 28,9 homicídios por 100 mil habitantes (Gráfico 2) – taxa muito superior à de 10 homicídios a cada 100 mil habitantes, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como limite para o estabelecimento da situação de violência epidêmica.

No Gráfico 1 podemos observar a evolução do total de homicídios registrados no período de 1996 até 2015. Nesses 20 anos considerados constatamos uma evolução significativa no montante de homicídios, na ordem de aproximadamente 20.000 mortes. Quando analisamos a evolução da taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes apresentada no Gráfico 2, também podemos constatar a tendência geral de aumento desse indicador, mesmo havendo períodos de decréscimo entre os anos considerados.

Gráfico 2 – Brasil. Evolução da taxa de homicídios por 100 mil habitantes. 1996/2015



Fonte: Atlas da Violência, 2017 – IPEA

Para oferecer uma maior compreensão acerca da situação da violência letal no Brasil, buscamos alguns dados para basear análises comparativas. Segundo Waiselfisz (2014), entre os anos de 2008 a 2011 foram contabilizadas 206.005 vítimas de homicídios no país – montante superior ao registrado na somatória das mortes nos 12 maiores conflitos armados acontecidos no mundo entre 2004 e 2007 (Iraque, Sudão, Afeganistão, Colômbia, Rep. Democrática do Congo, Sri Lanka, Índia, Somália, Nepal, Paquistão, Caxemira, Israel-Palestina), que totalizam 169. 574 mortes, de acordo com o Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada⁵. Esses dados são preocupantes se consideramos que o Brasil não passa por guerras civis, disputas de fronteiras, nem enfrentamentos étnicos e religiosos.

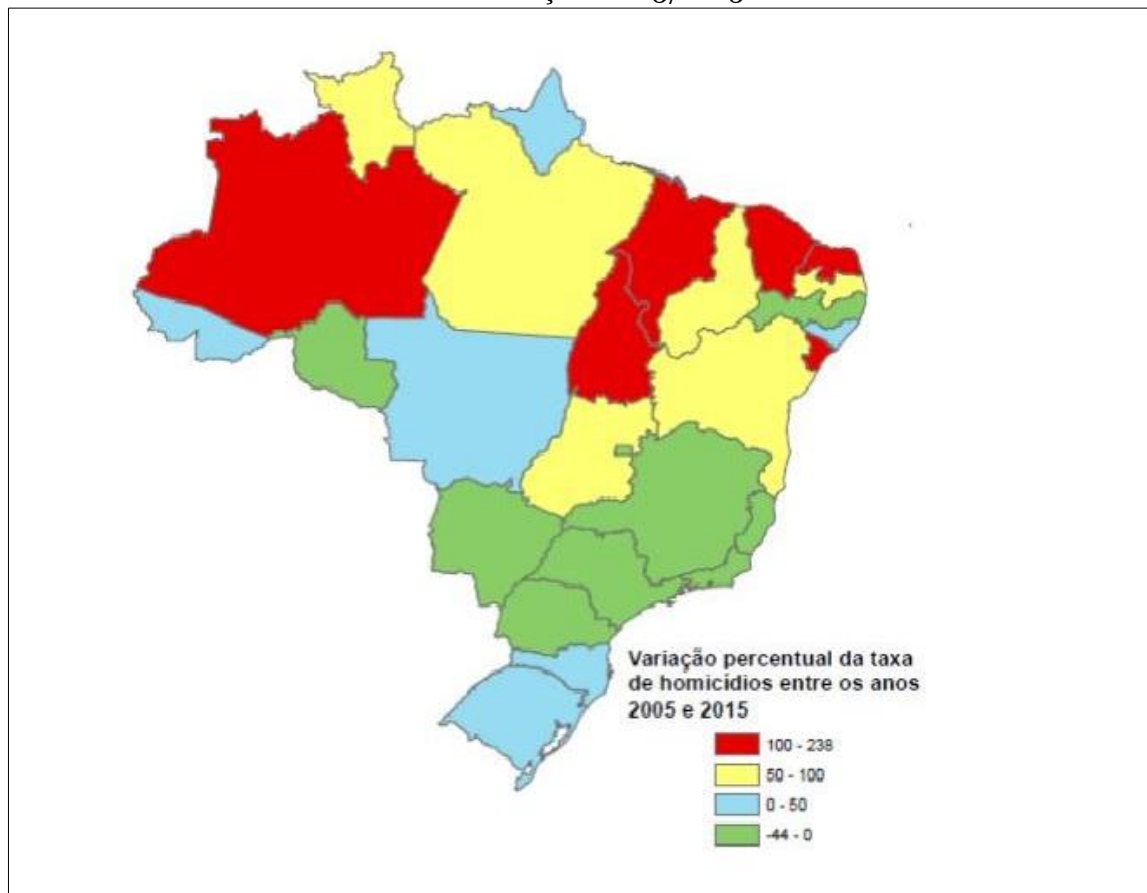
No entanto, analisar o total e a taxa de homicídios por 100 mil habitantes para o conjunto do território brasileiro mascara a heterogeneidade e as singularidades da evolução da violência nas diferentes unidades da federação. Sendo assim, apresentamos na figura 1 a indicação da variação da taxa de homicídios por 100 mil habitantes nos 26 estados e no distrito federal.

³ Dados obtidos a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

⁴ www.ipea.gov.br/atlasviolencia/, acesso em fevereiro de 2018.

⁵ GENEVA DECLARATION. **Global Burden of Armed Violence**. Geneva Declaration Secretariat, Geneva, 2008.

Figura 1 – Brasil. Variação da taxa de homicídios por 100 mil habitantes por unidade da federação. 2005/2015



Fonte: Atlas da Violência, 2017 – IPEA

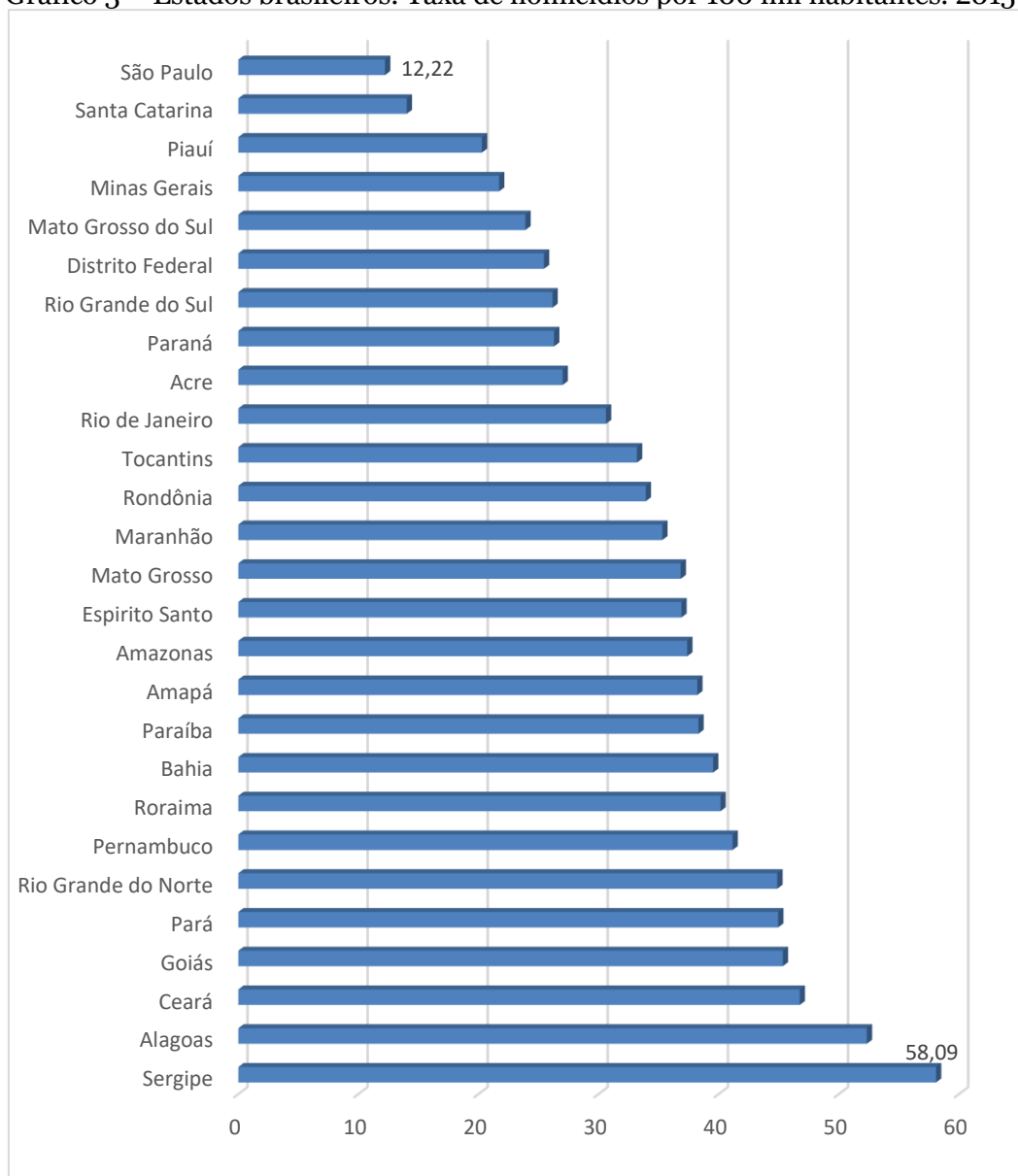
É possível observar que enquanto tivemos estados com estagnação ou variação negativa nas taxas de homicídios no período considerado, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo, em outros tivemos aumento de até 232% de 2005 a 2015, como é o caso do Rio Grande do Norte. Outros estados que tiveram acréscimos expressivos de suas taxas foram Ceará, Maranhão, Sergipe, Tocantins e Amazonas. De maneira geral, constata-se a tendência acentuada de declínio da taxa de homicídios na região sudeste e de aumento nas regiões nordeste e norte.

No gráfico 3 temos o ordenamento das taxas de homicídios por 100 mil habitantes em cada estado da federação no ano de 2015. Observa-se que o estado com maior taxa é Sergipe (58,09), seguido por Alagoas (52,33) e Ceará (46,75). Os estados que apresentaram as menores taxas em 2015 foram São Paulo (12,22), Santa Catarina (14,03) e Piauí (20,29).

O entendimento dessa distribuição geográfica das taxas de homicídios é importante pois ela revela uma realidade empírica que a cobertura midiática não acompanha, como abordaremos na próxima seção do texto.

Outro elemento geográfico relativo à caracterização da violência urbana no Brasil, diz respeito à interiorização baseada na disseminação da criminalidade para as cidades do interior do país. Essa interiorização é pautada por dois processos, que nem sempre são coincidentes: a) o aumento efetivo das ocorrências violentas nas cidades de menor porte e b) a generalização das representações de insegurança para as cidades de diferentes dimensões e papéis.

Gráfico 3 – Estados brasileiros. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. 2015



Fonte: Atlas da Violência, 2017 – IPEA

De acordo com Waiselfisz (2014), até o final da década de 1990 o crescimento da violência no Brasil estava concentrado em algumas poucas capitais e regiões metropolitanas e a partir da virada do milênio esse crescimento foi se desconcentrando para áreas no interior dos estados mais violentos ou para áreas que até então não faziam parte do cenário da violência nacional. Considerando o período de 2001 a 2011, o autor indica que a região em que os homicídios mais diminuíram nas capitais foi a Sudeste. Com exceção de Minas Gerais, em que Belo Horizonte teve um acréscimo de 21,5% no número de homicídios, os demais estados tiveram diminuição significativa em suas capitais. São Paulo teve uma diminuição de aproximadamente 80%, enquanto o Rio de Janeiro apresentou um decréscimo de 55,2% e Vitória - ES de 25,8%.

Seguindo a tendência já ressaltada no artigo, as capitais que tiveram aumento do número de homicídios se localizam na região Nordeste: Natal – RN: 251,3%; Salvador – BA:

215,3%; por exemplo, e na região Norte, com destaque para Manaus – AM: 181% de aumento de 2001 a 2011.

Considerando as taxas de homicídios por 100 mil habitantes, as capitais que apresentaram os maiores índices em 2011 também são, predominantemente, as do Nordeste e da região Norte: Maceió - AL (111,1), João Pessoa - PB (86,3), Salvador - BA (62,0), Recife - PB (57,1), Vitória - ES (56,6), Manaus - AM (56,2).

O processo de interiorização da violência pode ser demonstrado a partir dos dados apresentados no quadro 1. Nele temos os valores do crescimento das taxas de homicídios considerando o Brasil, as capitais e os municípios do interior.

Quadro 1. Brasil, capitais, interior. Crescimento das taxas de homicídios por 100 mil habitantes. 1980/2011

Área	1980/1996	1996/2003	2003/2011
Brasil	111,9	16,5	-6,0
Capitais	121,0	0,9	-20,9
Interior	69,1	30,4	23,6

Fonte: Mapa da Violência, 2014.

A partir da análise do quadro 1 podemos observar 3 períodos distintos. O primeiro deles é o que vai de 1980 a 1996 e indica que o crescimento das taxas de homicídios no Brasil era superior nas capitais. De 1996 a 2003 há uma inversão no polo de crescimento das taxas de violência fatal, sendo que os municípios do interior passam a comandar esse processo. No período de 2003 a 2011 a tendência se mantém, com o destaque para o fato de que tanto o Brasil quanto o conjunto das capitais apresentaram decréscimo das taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Nesse sentido, os municípios do interior é que são o vetor de aumento desse índice, no último período analisado.

Segundo Waiselfisz (2014), no ano de 2011, 15 municípios que não são capitais e nem estão localizados em regiões metropolitanas tiveram taxas que ultrapassaram o índice de 100 homicídios por 100 mil habitantes: seis municípios de Alagoas: Arapiraca, Maceió, Marechal, Deodoro, Pilar, Rio Largo e São Miguel dos Campos; três da Bahia: Mata de São João, Porto Seguro e Simões Filho; três do Pará: Ananindeua, Marabá e Marituba; dois do Paraná: Campina Grande do Sul e Guaíra, além de Cabedelo, na Paraíba.

Quando consideramos as taxas de crescimento dos homicídios por dimensão populacional dos municípios, o processo de interiorização também pode ser constatado, como demonstrado no quadro 2.

Observa-se que até 2000, os maiores índices de crescimento estavam concentrados nos municípios com mais de 100 mil habitantes. A partir de 2000 essa tendência se inverte e os crescimentos mais expressivos se deslocam para os municípios de até 100 mil habitantes. É relevante destacar que praticamente metade da população brasileira (45,3%) vive nesses municípios de menor porte.

Enquanto nos municípios menores as taxas de homicídios continuam crescendo, nos municípios de maior porte, com 500 mil habitantes ou mais, houve de 2000 até 2011, um decréscimo de 28,3% nas taxas de homicídios por 100 mil habitantes.

Quadro 2 – Municípios brasileiros. Crescimento das taxas de homicídios por 100 mil habitantes. 1980/2011

Número de habitantes	Crescimento das taxas de homicídios por 100 mil habitantes 1980/2000 (%)	Crescimento das taxas de homicídios por 100 mil habitantes 2000/2011 (%)
Até 5 mil	51,8	37,5
De 5 a 10 mil	81,1	47,0
De 10 até 20 mil	67,6	49,1
De 20 a 50 mil	69,4	67,9
De 50 a 100 mil	92,3	47,5
De 100 a 200 mil	120,9	17,7
De 200 a 500 mil	118,8	0,7
De 500 mil e mais	132,1	-28,3

Fonte: Mapa da violência, 2017.

Outras ponderações importantes deveriam ser feitas para caracterizar a violência urbana nos municípios brasileiros, considerando por exemplo, as ocorrências por gênero, faixa etária, cor da pele, etc. mas essa tarefa foge do escopo deste artigo. Nossa intenção era mostrar as tendências gerais acerca da distribuição geográfica das ocorrências de homicídios, para podermos comparar com os conteúdos encontrados nos discursos midiáticos, visando entender a construção do imaginário das cidades inseguras.

INSEGURANÇA URBANA NAS CIDADES BRASILEIRAS: PERCEPÇÃO DE UMA VIOLÊNCIA DIFUSA E UBÍQUA

Além do processo de interiorização da violência urbana abordado na seção anterior, temos o processo de disseminação do imaginário das cidades inseguras, que consiste na difusão da percepção de insegurança para cidades de diferentes dimensões e papéis, mesmo naquelas em que os índices de ocorrências de atos violentos não tenham aumentado.

A mídia é um agente importante nesse processo, visto que é responsável por produzir os discursos e as imagens que constituem as percepções de insegurança. Um dos aspectos nos quais a mídia atua é na construção do entendimento de que vem ocorrendo uma “explosão” de violência nas cidades de menor porte, como exemplificado com a matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo do dia 14/07/2017. A manchete da reportagem é “Matança no interior”, com o subtítulo “Mortes violentas caem nas capitais e agora aterrorizam interior do país”. No trecho selecionado a seguir, percebemos o relato de que cidades que antes eram identificadas como pacatas e tranquilas passam por uma explosão da violência

Outrora pacata cidade da zona da mata mineira, com 564 mil habitantes e a 272 km da capital Belo Horizonte, viu o número de assassinatos explodir na última década. Até 2010, os homicídios dolosos na cidade ficavam na casa dos 30. Em 2012, o número atingiu 67 e, desde então, não ficou abaixo de 100: 135

morreram dessa forma no ano passado. Só até agosto deste ano, já foram 87 vítimas na cidade. Se por lá, de 2012 a 2016, os assassinatos aumentaram 100%, em BH caíram 26% no mesmo período. Na *tranquila* Joinville (SC), a chegada de uma facção criminosa iniciou uma *guerra* que fez o número de homicídios saltar 85% entre 2011 e 2016 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017, grifos nossos).

Nesse sentido, podemos perceber que a oposição entre cidades grandes como perigosas e cidades menores como mais tranquilas vem sendo desconstruída a partir da produção de uma representação de insegurança urbana difusa e ubíqua.

Nas entrevistas que realizamos com moradores de Araçatuba e Birigui⁶ – duas cidades de porte médio no interior do estado de São Paulo – constatamos que as representações dos entrevistados indicam a criação de uma atmosfera generalizada de insegurança.

Essa coisa de violência tá geral. A gente vê notícias de todo lugar. É aqui, é na capital. Todo mundo que é de bem tem que se trancar em casa por causa da bandidagem (Rogério, garçom, 43 anos, Araçatuba).
Qual cidade a gente pode garantir que é segura? O que a gente tá vendo é que não tá mais existindo cidade segura. Nem as cidades menores estão escapando (Bruno, recepcionista, 36 anos, Araçatuba).

Essas falas indicam a unificação de diferentes realidades urbanas sob um mesmo imaginário – o do aumento da violência e da insegurança – que não pode ser confundido, porém, com a unificação das situações concretas verificadas em cada um destes contextos, que continuam muito heterogêneas.

O imaginário das cidades inseguranças (MAGRINI, 2013) faz com que as preocupações com a violência, real e/ou imaginada, passem a ser um problema tanto nas cidades grandes quanto nas menores, orientando práticas espaciais de busca por segurança de cidadãos que residem nessas diferentes cidades.

É importante destacar que a realidade do deslocamento da violência para as cidades menores é muito mais complexa do que uma simples transposição de processos socioespaciais de um nível para outro. Os conteúdos do que pode ser entendido como violência urbana nas metrópoles são diferentes daqueles que conformam este processo nas cidades menores, assim como as inseguranças urbanas não são exatamente as mesmas nos distintos contextos espaciais. Deste modo, os processos que vêm se desenvolvendo nas cidades não metropolitanas não podem ser entendidos como se fossem resultantes apenas da disseminação espacial dos processos conformados nas metrópoles, ou como se fossem versões menos complexas deles.

Consideramos que o que acontece é uma convergência das lógicas urbanas que passam a orientar tanto processos metropolitanos, quanto aqueles que se desenvolvem nas outras cidades, indicando que elas não são exclusivas de um tipo de espaço, mas inerentes à urbanização em si. Esta unificação das lógicas urbanas é acompanhada, entretanto, de diferenciações relativas às materializações ocorridas em cada contexto socioespacial e aos significados que as práticas adquirem.

A existência de uma racionalidade urbana enquanto realidade global – totalizadora em essência, mas que nunca atinge a totalidade – como destaca Lefebvre (2004), é que possibilita a circulação do imaginário das cidades inseguras como dominante, sendo representativo de cidades de diferentes dimensões e papéis.

O que observamos é a disseminação do entendimento de que o desenvolvimento das cidades é sinônimo da violência, inexorável e natural nesses espaços. Sobre isso, Cárrión (2008) ressalta que esse pensamento acaba gerando uma criminalização das cidades e

⁶ Foram realizadas 41 entrevistas nas cidades de Araçatuba e Birigui. Os perfis dos entrevistados, segundo faixa de renda e bairros de moradia encontram-se em MAGRINI, 2013.

propiciando práticas preventivas e de controle social que não condizem com os processos efetivamente em curso, como temos verificado. Se temos a ideia de que se existe cidade, conseqüentemente, existe violência, todas as cidades passam a ser alvo de medidas securitárias estandardizadas – privadas e/ou públicas – que restringem as possibilidades cotidianas de vivermos diferentes experiências urbanas.

Ganham importância assim, as relativizações, diferenciações e comparações realizadas pelos cidadãos no ato de representar suas cidades e seus bairros, posto que elas nos deixam a esperança de que os consensos hegemonicamente disseminados sejam desconstruídos, propiciando práticas mais afinadas com a situação objetiva de cada espaço.

Uma primeira comparação, seguida de relativização, feita pelos entrevistados⁷ diz respeito ao reconhecimento de diferenças importantes entre as violências que ocorrem nas metrópoles e aquelas que acontecem nas cidades de menor porte. Há uma nítida associação entre o tamanho populacional das cidades com o reconhecimento da gravidade dos atos tidos como violentos. Sendo assim, ao perceberem que suas cidades têm crescido, consideram também que a violência aumentará, numericamente, e se tornará mais grave.

Acho que a diferença daqui do interior é que aqui as coisas são um pouquinho melhores. A gravidade da violência é menor, porque no Rio de Janeiro, na periferia de São Paulo, a gente vê que as coisas pegam. Aqui a gente tem a vantagem, se é que eu posso falar assim, de ter uma criminalidade mais branda (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

A seguir, trazemos um relato no qual o entrevistado associa diretamente o crescimento da cidade com o aparecimento dos problemas que ele identifica como sendo das cidades grandes, dentre eles, a violência.

Eu acho que tem piorado muito a situação da segurança aqui de Araçatuba. Quanto mais nossa cidade vai crescendo, mais a gente tem que conviver com os problemas das cidades grandes. Então, aumenta a violência, aumenta o trânsito, aumenta tudo. Tem as vantagens de ser uma cidade maior também, mas na mas na violência, eu só vejo piorar. Eu acredito que de uns cinco anos pra cá, um pouquinho mais, tem ficado pior. (Eduardo, técnico em eletrotécnica da CPFL, 48 anos, Araçatuba).

Outro entrevistado também reconhece esta associação do tamanho populacional da cidade com o aumento da criminalidade, ponderando que os conteúdos da violência em sua cidade não são – ainda – tão impactantes.

Por a cidade estar maior, como toda cidade que cresce muito, o nível de criminalidade também tende a aumentar. Onde antes tinha um ladrão de galinha, agora tem dois, tem três, só vai aumentando. Mas o que importa no caso é o tipo de crime que é cometido nessa comunidade, nessa cidade. A gente não vê, ainda, crimes assim, impactantes, aquelas coisas que a gente fica assim [...], só coisas corriqueiras (Mário, professor, 40 anos, Araçatuba).

Há uma convergência nestes relatos do entendimento de que as cidades de porte médio, ao terem sua complexidade ampliada, têm forçosamente um aumento da insegurança, que se torna um problema inerente a todos os espaços urbanos, embora a gravidade dos atos que ocorrem nas cidades menores seja reconhecida como menos intensa do que a relativa às ocorrências das metrópoles. Esta constatação é acompanhada, porém, da percepção da inevitabilidade de que a situação da violência nestas cidades piore.

⁷ MAGRINI, 2013.

Há também aqueles que equiparam a situação de insegurança nas cidades grandes e nas pequenas, reconhecendo que atualmente, ser uma cidade menor pode até ser atrativo para que a violência ocorra, visto que os criminosos tendem a procurar espaços onde a repressão policial seja menos intensa, como evidencia o depoimento selecionado a seguir.

Hoje em dia não tá tendo mais essa diferenciação. As cidades menores passaram a ser alvo dos bandidos porque eles perceberam que a ação é mais fácil, tem menos policiais, o pessoal é mais tranquilo, porque ainda não conhece esse tipo de violência, então se previne menos. É mais fácil deles serem surpreendidos. Tem uma cidadezinha aqui, na verdade é um distrito de Aracanguá, Vicentinópolis, em que a agência do Bradesco foi assaltada nos últimos 6 meses umas vinte vezes. O Correio então nem se fala. Então, o pessoal tá virando o foco um pouco pras cidades pequenas. Os bandidos perceberam essa fraqueza (João, gerente de loja, 39 anos, Araçatuba).

Estas comparações entre os conteúdos da violência nas grandes cidades e nas menores são possíveis porque, como ressalta Curbet (2007, p. 68), a insegurança é cada vez mais alimentada pelos meios de comunicação, que nos mantém informados diariamente sobre o que ocorre em outros espaços, fazendo com que aqueles que vivem em áreas mais seguras padeçam também com a insegurança, ao fazer seus os temores dos outros, configurando um processo de “glocalização” da insegurança.

Constatamos que esta afirmação é verdadeira para o contexto das cidades brasileiras – grande parte dos entrevistados utilizou referências a atos tidos como violentos ocorridos em outras cidades para comprovar a piora da situação nas que residem. No entanto, temos que considerar também que a exposição de fatos ocorridos nos mais diversos contextos socioespaciais possibilita que sejam feitas comparações entre as conjunturas representadas nos meios de comunicação e aquelas verificadas concretamente, gerando um processo de identificação de uma “segurança por comparação” destacada por Kessler (2009).

A partir das contraposições presentes nos depoimentos de mãe e filha entrevistadas juntas⁸, é possível observar como a divulgação – manipulada, amplificada – de informações acerca da violência em outros contextos influencia na minimização ou relativização da situação local, como verificado também no depoimento de Márcia: “a gravidade da violência é menor [nas cidades do interior], porque no Rio de Janeiro, na periferia de São Paulo, a gente vê que as coisas pegam”.

Maria: Birigui, em segurança, é péssima.

Daniele: Eu não acho, porque em toda cidade tem. Toda cidade tem violência. Coroados que é pequenininha tem, aqui tem, todas têm.

M: Mas Birigui eu acho que tá mais. Em todas as partes de violência. É estupro, de matar. Eu acho que aqui tá quase em primeiro lugar na violência (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

D: Mas em Araçatuba tem, em todo lugar tem. Assiste jornal de São Paulo pra ver. Lá é pior ainda. No Rio de Janeiro também. Eu acho que todo lugar tem, então não é uma coisa só daqui e em outros lugares é pior. A senhora não viu nada (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Enquanto Maria se baseia em suas impressões locais para definir a situação da violência em sua cidade, identificando que a situação é bem grave, sua filha realiza uma comparação com outros espaços urbanos, constatando que em todas as cidades a violência está presente. Daniele reconhece também que em Birigui a violência não é tão grave, pois, segundo os jornais, as coisas são bem piores em São Paulo e no Rio de Janeiro.

É importante ressaltar assim, que a presença exacerbada das imagens e discursos relacionados à insegurança na mídia e nas interações cotidianas, gera além da percepção de

⁸ Magrini, 2013.

uma insegurança crescente e generalizada, a possibilidade da identificação de que as cidades em que vivem não são tão inseguras. Esse é um elemento importante pois os consumidores dos discursos midiáticos não são receptores passivos. Eles interagem e interpretam as mensagens produzidas pela mídia, participando da construção do que Glasner (2003) denomina de *Cultura do Medo*, na qual a percepção dos riscos vem aumentando mais que seus níveis reais verificados. Em sua concepção, esta exacerbação dos riscos, e em contrapartida, da insegurança, tira nosso foco de problemas mais relevantes que afetam grandes parcelas da sociedade, como as desigualdades sociais ou as discriminações entre grupos, que são sublimadas diante dos riscos crescentes que temos que enfrentar cotidianamente. Segundo o autor (2003, p. 40), “muito poder e dinheiro estão à espera daqueles que penetram em nossas inseguranças emocionais e nos fornecem substitutos simbólicos”.

INSEGURANÇA URBANA E DISCURSOS MIDIÁTICOS

De acordo com Sodré (2006) a mídia tem uma centralidade na orientação dos processos sociais a partir de interesses do mercado, sendo responsável por criar uma existência que cada vez mais se afasta das condições reais e concretas de existência, como podemos observar no trecho selecionado:

Nós tendemos a encarar a mídia como o aparelho de televisão nos dizendo alguma coisa, como o jornal lhe falando, e não percebemos que é toda uma nova existência que se constitui. E uma existência que se afasta, cada vez mais, das condições reais e concretas de existência. [...] A mídia é hoje, aqui, uma espécie de “boca de deus”, só que esse deus se chama mercado. A mídia é a boca desse deus que não pode mais ser entendido como um lugar técnico, para compra e venda de mercadorias, circulação de dinheiro, mas um lugar que está vetorizando as relações sociais no instante histórico em que se enfraquecem, ou que fenecem, a sociedade política e a sociedade civil (SODRÉ, 2006, p. 38).

Consideramos que a mídia é o principal agente produtor das imagens e discursos que constituem o imaginário das cidades inseguras, pois é ela que dá visibilidade, amplifica e sustenta as ações e intenções de todos os outros agentes, ao apresentar aos seus consumidores as “necessidades” do mundo contemporâneo. A sociedade em si também tem papel de destaque nessa produção, pois ela é ao mesmo tempo alvo das representações veiculadas e produtora de transformações de suas significações, a partir das contraposições que realiza nas práticas socioespaciais cotidianas.

Em estudo feito com sete jornais impressos de circulação nacional analisando reportagens publicadas entre maio e setembro de 2015, Ramos, Paiva e Nunes (2017) constatam que há uma concentração do foco das notícias nos atos violentos ocorridos no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, com pouca cobertura de notícias sobre o Norte e o Nordeste (regiões com os maiores índices de aumento da violência, como demonstram as estatísticas trabalhadas na seção 1).

Esse resultado é um indício de que a cobertura midiática, ao selecionar e amplificar a violência que acontece nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, acaba por criar a percepção de que o problema da violência é pior nesses espaços, o que não corresponde à realidade da distribuição geográfica das ocorrências efetivas da violência.

Analisamos os conteúdos do programa televisivo Brasil Urgente⁹, comandado pelo apresentador José Luiz Datena, a partir dos episódios veiculados nos dias 15/02/2018 a 22/02/2018, totalizando 110 reportagens. Esse programa é importante na mídia brasileira pois

⁹ Programa de veiculação nacional da rede Bandeirantes, que vai ao ar das 16:00 as 19:20 h e que tem como objetivo tratar dos principais acontecimentos do dia nas áreas de segurança, saúde, trânsito, trabalho e comportamento, como descrito no site do programa: www.noticias.band.uol.com.br/brasilurgente, acesso em fevereiro de 2018.

tem uma grande audiência e é referência na construção do imaginário das cidades inseguras, pois há elementos de dramaticidade e de detalhamento sensacionalista nas coberturas dos crimes.

Um primeiro aspecto observado diz respeito à localização dos acontecimentos abordados nas reportagens. Das 110 reportagens consideradas, 55 dizem respeito à fatos ocorridos no Estado de São Paulo, principalmente na capital e região metropolitana, totalizando 50% das reportagens. Outras 23 reportagens analisadas (20,9% do total) tratam de acontecimentos no Rio de Janeiro, com ênfase também para os que ocorreram na capital e na área metropolitana. Sendo assim, 70,9% do total de reportagens analisadas abordaram acontecimentos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Esse dado, em confluência com o verificado na pesquisa de Ramos, Paiva e Nunes (2017), indica a tendência da mídia em abordar os fatos ocorridos nas cidades das áreas que são polo econômico do país e que apresentam o maior número de população, como se o mais interessante para o público do Brasil inteiro fosse conhecer os acontecimentos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

No caso da cobertura acerca da violência, isso demonstra que o que está por traz da construção das pautas midiáticas não é mostrar a expressão efetiva dos fatos de acordo com sua prevalência geográfica, gerando uma distorção espacial nas percepções da insegurança urbana, contribuindo para a percepção de ubiquidade da violência. Assim, a heterogeneidade de situações de violência nas cidades brasileiras fica mascarada no discurso midiático que estandardiza a violência de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Outro elemento que precisa ser destacado é a desespacialização da violência urbana promovida pela mídia. Sobre este aspecto, Curbet (2004) destaca que o problema da insegurança tem se agravado devido à extraordinária capacidade dos meios de comunicação de difundirem em tempo real e com amplitude mundial – deslocalizando-os, portanto – os desastres e as violências mais extremas e aterrorizantes. Deste modo, quando notícias de violência referentes às áreas metropolitanas, notadamente a São Paulo e ao Rio de Janeiro, por exemplo, são veiculadas como se seus conteúdos fossem cada vez mais inerentes às cidades brasileiras como um todo, há um estímulo para a construção da representação de que a violência está por toda parte, mesmo que os índices de criminalidade não atestem essa impressão.

Essa desespacialização da violência urbana pode ser verificada a partir da análise das reportagens do programa Brasil Urgente, visto que não há uma preocupação em destacar os locais em que as ocorrências acontecem, principalmente quando elas estão fora do eixo Rio - São Paulo. Assim, ocorrências que acontecem nas mais distintas cidades brasileiras ganham o mesmo tipo de tratamento, sem nenhum tipo de diferenciação ou contextualização. Em muitas reportagens, o nome do local da ocorrência não é nem falado pelo apresentador, constando apenas na descrição escrita da reportagem que aparece na legenda da tela. Esse fato contribui para a generalização da percepção de violência, ancorando uma percepção de insegurança difusa.

Fica evidente na análise das reportagens do programa Brasil Urgente que o objetivo não é informar os telespectadores, mas destrinchar os detalhes dos crimes abordados, tendendo a uma espetacularização da violência tanto nos comentários do apresentador, que sempre se mostra indignado com os casos mostrados, quanto na fala dos repórteres, que mostram os mínimos detalhes dos crimes, como o lugar onde as vítimas caíram mortas, por exemplo.

A indignação frente aos crimes e o tratamento esmiuçado de cada um deles demonstra uma contradição entre a abordagem da violência como desvio social e como entretenimento cotidiano. Assim, manchetes como “Itatiba: Pai mata filhas de 1 e 3 anos”, “Aposentado é morto ao defender família na grande São Paulo”, “Homossexual é estrangulado e morto no interior de SP”, “SP: mulher é morta em matagal”, “Cozinheira é esquartejada por ex-marido”, “Comerciante é morto com corpo queimado em Mairiporã”, se tornam parte rotineira dos imaginários daqueles que assistem diariamente o programa Brasil Urgente.

Outro aspecto a ser ressaltado é que há nas falas do apresentador um sentido de urgência frente à atual situação da violência no país, exigindo, no seu entendimento, um endurecimento da polícia e da justiça para reestabelecer a ordem social. Assim, podemos perceber uma ligação direta entre os discursos veiculados no programa e a formação de certos conteúdos que compõem a “opinião pública”.

Assim, um sentido importante encontrado na análise das 110 reportagens selecionadas é a relação intrínseca entre violência e política. Para Curbet (2004) frente a situações de insegurança exacerbada, os eleitores são levados a se “vender” aos que prometem mais rigor e mais segurança. Quando já estão no poder, as representações acerca da insegurança continuam a ser manejadas pelos políticos, visto que, como destaca o autor, em uma sociedade formada por indivíduos inseguros, é mais complicado questionar a ordem estabelecida e duvidar das medidas coercitivas, muitas vezes abusivas e seletivas, adotadas pelo Estado.

Um exemplo dessa relação fica evidenciado nas edições dos dias 16 e 17 de fevereiro de 2018, quando o Brasil Urgente exibe reportagens com entrevistas com o Ministro da Justiça, com o Ministro da Defesa, com o Governador de São Paulo e mostrando o pronunciamento do Presidente da República, com discursos que tentam justificar a Intervenção Federal decretada pelo Governo Federal no estado do Rio de Janeiro, como medida para supostamente reestabelecer o controle da segurança no estado. Assim, percebe-se a importância dada pelos políticos para o programa Brasil Urgente como formador de opinião, visto que ministros e governadores concedem entrevistas exclusivas para o apresentador Datena.

Sobre a Intervenção Federal, medida extrema e questionável, que coloca a segurança do estado do Rio de Janeiro sob responsabilidade das forças armadas, há um exemplo claro de como o programa analisado produz entendimentos que se alinham a interesses políticos. Na data em que é anunciada a Intervenção Federal (16/02/2018), grande parte das reportagens trata deste tema. Selecionamos 3 delas para análise mais detalhada.

Em uma entrevista concedida ao programa, Roberto Sá, ex secretário de segurança do Rio de Janeiro, que pediu exoneração do cargo por ocasião do decreto da intervenção, ressalta que a afirmação de que a medida havia sido tomada naquele momento por conta dos crimes registrados no carnaval – como havia sido afirmado pelo então Presidente Michel Temer – não é condizente com a realidade, pois como ele relata, o número de ocorrências registradas no carnaval de 2018 foi menor que os registrados em 2017, em 2016 e em 2015. O entrevistado diz que o que pode ter havido é mais uma reação à veiculação ampla de alguns crimes contra o patrimônio que aconteceram do que uma reação às estatísticas em si.

Em seguida, é apresentada uma entrevista do ministro da Justiça Torquato Jardim que afirma – endossando a fala do Presidente da República – que os crimes do carnaval foram a “gota d’água” para a decisão sobre a intervenção e para a criação do ministério de Segurança Pública, visto que as cenas vistas neste período indicaram que o Rio de Janeiro estava abandonado. Assim, segundo o ministro, o maior desafio dessa operação é trabalhar com a percepção de segurança das famílias cariocas, para que elas voltem a considerar que é possível viver com segurança no Rio de Janeiro.

Em sequência, é veiculada uma reportagem com o seguinte título: Carnaval: Folia no Rio é marcada pela violência. A reportagem começa com a imagem de um assaltante dando uma “gravata” no pescoço de uma senhora e segue enumerando alguns crimes que aconteceram durante o Carnaval – arrastões, saques, assassinato, espancamento – denotando um descontrole da violência urbana. Essa reportagem demonstra como o discurso midiático pode contribuir para sedimentar um ou outro entendimento acerca da realidade. É possível observar então, a instrumentalidade dos discursos sobre a insegurança tanto para os políticos quanto para a mídia, que produzem os discursos acerca da insegurança urbana para conseguirem vantagens econômicas e de poder, com consequências diretas para o cotidiano daqueles que vivem nas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos assim, que a mídia é um agente importante na produção das percepções sobre a insegurança urbana, atuando na veiculação de discursos e imagens responsáveis por ancorar entendimentos acerca da realidade que muitas vezes não condizem com a realidade em si, mas com uma versão específica – manipulada e direcionada – da realidade, atendendo a certos interesses.

No que se refere às cidades brasileiras, observamos que o maior número de notícias veiculadas no Programa Brasil Urgente no período analisado dizem respeito a ocorrências que aconteceram em São Paulo e no Rio de Janeiro, enquanto as estatísticas revelam que essas cidades não são as mais violentas do país. A violência que ocorre nas cidades do Nordeste e do Norte – regiões que têm apresentado os maiores índices de crescimento dos homicídios – tem muito menos visibilidade do que a que acontece no eixo Rio – São Paulo.

Essa exposição estandardizada da violência na mídia perpassa as falas dos cidadãos que fazem referência à violência veiculada para orientar seus entendimentos acerca de suas próprias vidas. Assim, percebemos a representação de que a violência vem aumentando em todas as cidades, não existindo mais espaços seguros para se viver. Essa compreensão pode ser decorrente da associação de dois processos verificados na cobertura da violência feita no Programa Brasil Urgente, mas que é tendência em outros programas também: a) amplificação da violência que acontece em São Paulo e no Rio de Janeiro como se ela fosse o padrão para todas as cidades e b) desespacialização das notícias, ao dar ênfase aos detalhes sensacionalistas dos crimes em detrimento de sua contextualização.

O entendimento da produção dos discursos que baseiam a insegurança urbana é importante visto que são crescentes as práticas de busca por segurança nas cidades brasileiras, que vão desde os evitamentos de espaços e de segmentos sociais na condução da sociabilidade cotidiana até as escolhas associadas ao fechamento em loteamentos fechados, shopping centers e outros espaços que oferecem controle do acesso em nome do oferecimento de mais segurança. A mídia, nesse sentido, contribui para que mesmo nas cidades em que as ocorrências de crimes não são significativas, os discursos acerca da insegurança urbana e as práticas defensivas que solapam a coesão socioespacial das cidades sejam elementos do cotidiano, diante da percepção de violência difusa e ubíqua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Relógio D'água, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARRIÓN, Fernando. Violencia urbana: um assunto de ciudad. In: *EURE – Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales*. Chile. v. XXXIV, n. 103, p. 5-26, dez 2008.

CURBET, Jaume. La producción de inseguridad en la sociedad global. *Revista Instituciones y Desarrollo*. Barcelona, n. 16, p. 49-70, 2004.

_____. *Conflictos globales. Violências locais*. Quito: Flacso Equador, 2007.

GLASNER, Barry. *Cultura do medo*. Porque tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis, 2003.

KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. *Vidas em enclaves*. Imaginário das Cidades Inseguras e Fragmentação Socioespacial em contextos não metropolitanos. 2013. 488 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Interações entre violência e cidades: em busca de uma definição de violência urbana. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 36, v. 1, p. 83-98, 2014.

MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

RAMOS, Silvia. PAIVA, Anabela. NUNES, Pablo. Mídia e Violência. *O que mudou em uma década?* Relatório Preliminar de análise de jornais impressos. Universidade Candido Mendes, 2017.

SODRÉ, Muniz. Violência, mídia e política. In: FEGALHI, Jandira. MENDES, Cândido. LENGROBER, Julita. MISSE, Michel. *Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

WAISEFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2014*. Homicídios e Juventude no Brasil. Brasília, 2014.

Recebido em: 21/11/2017

Aprovado para publicação em: 30/07/2018